



EXPERIÊNCIA, ESCRITA E POSICIONAMENTO EM CHICA DA SILVA E O CONTRATADOR DE DIAMANTES

Isis Aline Vale Teixeira¹

Resumo: No texto, analisa-se a questão do gênero, da experiência e do posicionamento no livro “Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito”. O livro busca, a partir da biografia de Chica da Silva, entender o passado colonial, e como ele deixou marcas em nossa sociedade, dentre as quais, a exclusão social de mulheres negras. Ao analisar a forma como a autora descreve o processo de coleta e análise de dados, verificamos que ela esquiva-se de refletir sobre os documentos consultados (livros de batismo, petições, processos, etc.) e o aparato ideológico que sustentou sua elaboração e conservação ao longo do tempo. Que ideologias estão em jogo quando se pensa a escravidão/liberdade no Brasil, especificamente, no contexto da extração dos diamantes no interior das Minas Gerais? O que significava ser homem/mulher, branco(a)/ negro(a)/mulato(a), escravo(a), forro(a) no contexto estudado? Que premissas sustentam o significado dessas categorias e como elas operam? É importante pensarmos que, as fontes de consulta utilizadas pela autora foram produzidas por pessoas que representam certos setores privilegiados da sociedade colonial do arraial do Tejuco, ou seja, o discurso que sustenta a elaboração de tais documentos é, sem sombra de dúvida, o discurso dominante, ou seja, o discurso excluía negros/as e mulheres de certos bens sociais. A forma como a autora se posiciona enquanto pesquisadora e trata a experiência ao longo do livro contribui para a naturalização das categorias gênero e raça, por isso, o discurso que sustenta sua argumentação pode contribuir para manter a desigualdade de raça e gênero, ao invés de estabelecer caminhos para a mudança.

Palavras-chave: posicionamento, raça/etnia, gênero, experiência

¹ Mestre em Educação, UFMG. isisaline@yahoo.com.br.

Ao olhar a contracapa do livro “Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito” deparei com a imagem de uma mulher branca, de feições delicadas e à frente de uma estante de livros. Pensei: porque esta mulher se interessaria por Chica da Silva?

Júnia Ferreira Furtado é casada, mãe de duas filhas e uma acadêmica que tem se dedicado, dentre outras coisas, a estudar a História do Brasil Colônia. “Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito”, certamente, destaca-se em sua produção acadêmica, não só por se tratar da biografia de uma figura de destaque no imaginário popular e na cultura brasileira, mas também pela riqueza de informações e pela forma como a autora utiliza a biografia de uma pessoa – que se tornou mito – para descrever um importante momento histórico de nosso país.

O interesse de Junia Furtado em estudar Chica da Silva está relacionado à sua história de vida. Na infância, quando passava férias em Diamantina, era comum ouvir familiares contarem histórias sobre a mulher perversa que arrancava os dentes das escravas e jogava crianças no poço para morrerem afogadas. Mais tarde, pôde conhecer outras facetas da personagem histórica, por exemplo, ao assistir o filme de Cacá Diegues intitulado Xica da Silva e a novela de mesmo nome. No mestrado, percebeu que o mito despertava mais o interesse das pessoas que o momento histórico da extração dos diamantes no período colonial, este segundo, escolhido como objeto de estudo para obtenção do título. No entanto, somente em 1995, quando foi convidada a montar uma exposição sobre Chica da Silva em Diamantina, é que ela finalmente se rendeu ao objeto de pesquisa e começou a pensar na personagem, não como um mito, mas como uma figura histórica. Teria Chica da Silva realmente existido como uma mulher de carne e osso? O que distingue Chica da Silva, protagonista do livro aqui analisado da Xica da Silva do cinema, da televisão e das histórias contadas no interior de Minas Gerais? São essas questões que mobilizaram a pesquisa de Júnia Furtado. Interessante observar que tais informações não são descritas detalhadamente no livro, mas sim contadas pela autora durante um evento acadêmico².

Ao analisar o relato da autora sobre a escolha do tema, inevitavelmente, reporteime às “Artimanhas do acaso” de Marisa Peirano³: Qual é o papel do acaso na

² Trata-se de uma apresentação durante o Festival de História em Diamantina, ocorrido em Diamantina, no período de 07 a 12 de outubro de 2011.

³ O texto “Artimanhas do acaso” encontra-se no livro “A favor da etnografia” de Marisa Peirano. Nele, a autora analisa como importantes cientistas sociais brasileiros, dentre eles, Florestan Fernandes, Antônio

construção do objeto de estudo em Chica da Silva e o contratador de diamantes? Que questões estão em jogo quando o acaso constitui um recurso no delineamento do objeto?

Na tentativa de responder essas perguntas, realizei algumas reflexões sobre experiência, escrita feminista e posicionamento, cuja síntese, será apresentada nas próximas páginas. Gostaria de advertir o leitor de que as reflexões que aqui apresento são cercadas de questionamentos, paradoxos e lacunas que, por vezes, não consegui responder. Elas refletem a tentativa de uma iniciante em compreender a grandeza do desafio de buscar práticas discursivas que visam superar, ou ao menos, minimizar, as relações desiguais sobre as quais nossa sociedade está existindo.

Escrita, experiência e posicionamento

Chica não deve ser pensada como exceção, a descrição de sua história serve para iluminar o passado colonial brasileiro e o papel social das mulheres ex-escravas tanto na sociedade do ouro como na sociedade dos diamantes. Ela não deve ser usada para entender a sociedade atual, devemos entender o passado colonial e como ele deixou heranças em nossa sociedade, dentre as quais a exclusão de negros, descendentes desses ex-escravos. Devemos entender o passado para transformar o futuro e não esperar dos sujeitos históricos comportamentos e valores da sociedade atual (Júnia Furtado, 2011)⁴.

A passagem acima oferece elementos importantes para refletirmos sobre os significados relacionados à construção do livro “Chica da Silva e o contratador de diamantes – o outro lado do mito”. Gostaria de iniciar tal reflexão a partir do seguinte questionamento: Ao eleger Chica da Silva objeto de estudo, qual é o grande desafio de Júnia Furtado?

A personagem que protagoniza o livro já existia no imaginário popular, nas histórias contadas às crianças, nos objetos conservados em sua casa, no ar respirado em Diamantina, no cinema, na televisão, nos livros e nos documentos oficiais e não-oficiais. No entanto, à sombra de tudo que o mito representava, o que realmente interessava à autora era tratá-la como um sujeito histórico e, por meio de sua história e da importância de seu nome, “lançar luz sobre as demais mulheres daquela época, inserindo-as historicamente” (p. 19). Portanto, o grande desafio de Júnia Furtado era estar diante, não de uma narrativa oficial ou dominante, como a maioria das

Candido, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, utilizam fenômenos inusitados para explicar suas trajetórias acadêmicas e mudanças de percurso.

⁴ A passagem acima foi retirada da palestra de Júnia Furtado, no Festival de História em Diamantina, ocorrido em 2011.

historiadoras da diferença, mas de várias narrativas, ora complementares, ora contraditórias.

A leitura do livro pode iniciar-se com uma pergunta aparentemente óbvia, embora difícil, senão impossível, de ser respondida: Quem foi afinal, Chica da Silva? A mulher negra que se relacionou com homens brancos e teve filhos destes relacionamentos? A mãe de filhos mulatos que utilizou as estratégias que tinha para inserir melhor a sua descendência na sociedade da época? A negra forra que alcançou riqueza e prestígio notáveis? A mulher de João Fernandes, o contratador de diamantes? A mulher, cuja identidade, por vezes, teve que ser alterada, criada ou apagada, para uma melhor inserção social de sua descendência? A dona de escravos? A mulher, cuja identidade é representativa de tantas outras mulheres – negras, forras, mães, concubinas, religiosas, madrinhas – do arraial do Tejuco no período da extração de diamantes? Pode-se dizer que é na descrição de todas essas facetas, em seus múltiplos sentidos e contradições, que Chica da Silva, como sujeito histórico, vai se constituindo numa nova narrativa, diferente das narrativas existentes, mas não menos verdadeira.

Antes, porém, que o leitor se aventure nas próximas páginas, é preciso fazer algumas advertências sobre o que esperar ou não do texto que se segue, fruto de uma reflexão histórica baseada em documentos oficiais depositados em bibliotecas e em arquivos públicos ou particulares, em Portugal, no Brasil e nos Estados Unidos. Não são documentos íntimos, infelizmente perdidos, onde estariam registrados os pensamentos e os desejos dos homens e mulheres daquele tempo. São livros de batismo, listas de irmandades, ordens régias, processos, petições, entre outros, que em geral revelam fatos e não opiniões. Não obstante, não impedem que o historiador busque as emoções, os desejos e os pensamentos que os motivaram: sua releitura pode revelar muito mais do que a abordagem limitada que se esperaria de documentos dessa espécie (Furtado, p. 19-20).

A passagem acima é importante para analisarmos como o conceito de experiência é tratado no livro. Dois pontos merecem destaque, quais sejam, noção referencial de evidência e sujeito da experiência. Que tipo de evidência documentos como livros de batismo, processos, petições podem oferecer? Esses documentos podem revelar emoções, desejos e pensamentos de quem? Fatos da história falam por si?

Merece destaque o fato de haver no livro 64 páginas de notas de fim, nas quais estão detalhadamente descritas as fontes de consulta utilizadas, ou seja, documentos oficiais que retratam ‘fatos’. Em nosso entendimento, esse fato pode estar relacionado à necessidade da autora em legitimar a autoridade da experiência. Afinal, o que há de mais legítimo para a história que fatos documentados! Aqui podemos perceber um primeiro movimento de esquiva da autora em relação aos dados produzidos.

É importante pensarmos que livros de batismo, processos e petições são produzidos por pessoas que representam certos setores privilegiados da sociedade

colonial do arraial do Tejuco, ou seja, o discurso que sustenta a elaboração de tais documentos é, sem sombra de dúvida, o discurso dominante. Tal discurso excluía negros/as e mulheres de certos bens sociais. No entanto, esse aspecto não é tratado de maneira crítica pela autora. Não devemos esquecer que a experiência é, como afirma Scott (1999) já uma interpretação e algo que precisa de interpretação. Por isso, ao eximir-se de refletir sobre a autoria dos documentos, o aparato ideológico que sustentou sua elaboração, bem como sua conservação ao longo dos tempos, ela poderia sim, reproduzir o discurso da desigualdade de raça e de gênero em lugar de buscar superá-los.

Esse aspecto não pode ser negligenciado uma vez que é impossível tratar questões relacionadas à identidade e diferença fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, muito menos sem uma análise crítica dos sistemas de poder que os produzem. Dentre outras coisas, significa dizer que *quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade* (Silva, 2000, p. 91). Não se trata somente de reconhecer a diferença e a diversidade, mas também de questioná-las, de analisar os mecanismos de construção das identidades nacionais, raciais e étnicas e como estes estão vinculados a relações de poder. *A diversidade cultural não é, nunca, um ponto de origem: ela é, em vez disso, o ponto final de um processo conduzido por operações de diferenciação* (Silva, 2000, p. 100).

“O mito não tem a ver com a história, mas com a realidade de quem está escrevendo sobre ele”, defende Júnia Furtado (2011). É por isso que a Chica da Silva do Século XIX é feia, desdentada, careca. No início da década de 1950, começa a ser embelezada (contexto de construção das cidades mineiras históricas como espaço de turismo). Em 1960, com o romance do Alípio de Melo, vira uma mulher maldosa, vingativa (para vingar a escravidão). Na década de 1970, no contexto da valorização da cultura negra, dentro do papel da mulher, torna-se uma figura sensual, mulher poderosa. E no livro de Júnia Furtado? É uma mulher como outras de sua época, que buscaram vencer as marcas da escravidão e da desigualdade de raça e de gênero por meio de relações com homens brancos e de apropriação dos costumes dos brancos.

Para entendermos os significados que amparam a construção discursiva de Chica da Silva no livro de Júnia Furtado devemos estar atentos ao aparato ideológico sobre negritude, diferença e gênero na contemporaneidade. Conforme afirma Joan Scott (1999):

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou a sua lógica;

sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os sujeitos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz (Scott, 1995, p.27).

Ao tomar a história de Chica da Silva como um objeto de investigação, Júnia Furtado consegue historicizar a experiência e escrever sobre identidade sem essencializá-la? Evidentemente, não podemos esquecer que o sujeito da experiência é tanto Chica da Silva – pessoa estudada – como Junia Furtado – a historiadora que produz o conhecimento sobre o passado baseada na experiência dos arquivos. E aqui reside o nosso segundo ponto de discussão. Observe como a autora descreve o processo de pesquisa:

Se o romance se caracteriza pela liberdade com que o autor constrói a história das suas personagens, a biografia tem como limite a vida e a existência real do biografado, remontadas com base na análise das fontes eleitas. Porém, ambos os gêneros se caracterizam pelo estilo narrativo, cujo renascimento, no discurso histórico, encontrou sua melhor expressão nas biografias. O prazer de narrar a vida de Chica da Silva, de encerrá-la numa teia de palavras, foi o impulso condutor deste livro. Ainda que a redação dos capítulos e a seleção dos temas tenham seguido as orientações das modernas metodologias da história, acima de tudo foram as falas dos autores, apesar de indiretas e filtradas pela documentação, que indicaram os caminhos a trilhar. Como nos lembra Borges, “existe algo na história, com a narrativa, que sempre estará presente. Não creio que um dia os homens se cansarão de contar ou ouvir histórias (Furtado, 2003, p. 21).

Não há dúvidas de que o livro oferece vários elementos para que pensemos como funcionava a sociedade do arraial do Tejuco no período colonial, no contexto da extração de diamantes, que sujeitos eram produzidos, que experiências eram possíveis para quem e que impactos esses aspectos produziram na sociedade atual.

Na verdade, o problema não é este, mas sim, a ausência de reflexões do tipo: que ideologias estão em jogo quando se pensa a escravidão/liberdade no Brasil, especificamente, no contexto da extração dos diamantes no interior das Minas Gerais? O que significava ser homem/mulher, branco(a)/ negro(a)/mulato(a), escravo(a), forro(a) no contexto estudado? Que premissas sustentam o significado dessas categorias e como elas operam?

À medida que vamos avançando na leitura, deparamo-nos com uma infinidade de dados e descrições sobre contexto histórico em que Chica da Silva, o desembargador e seus descendentes viveram. A riqueza de detalhes e a forma com que o texto é construído se mostram de forma tão envolvente, que corremos o risco de naturalizar as categorias (negro/a, branco/a, alforriado/a, dentre outras) e de esquecer que se trata do

período da escravidão no Brasil. Ora, violência, tortura, estigma e apagamento existem em corpos que falam (ou que, pelo menos, deveriam ter direito a falar!!!). Corpos não falam sempre a mesma coisa, nem da mesma forma. Corpos falam em suas lacunas e contradições...

O livro fala de mulheres negras que, ao alcançarem a alforria e se relacionarem com homens brancos, buscaram vencer a violência e o estigma da cor por meio da imitação dos costumes dos brancos, do apagamento da negritude, da escravidão e de suas marcas. Nos termos empregados por Furtado (2003) “o processo de branqueamento étnico e cultural revela não as características democráticas das relações entre as raças, mas as armadilhas sutis, por meio das quais se esconde a opressão racial do Brasil” (p. 23). Ora, a sobrevivência implicava em reproduzir a violência! Pior, em reproduzir a violência dominante, a violência daqueles que as tratavam e aos seus iguais como menos humanos, como seres matáveis (Haraway, Azeredo, 2011)!

Ao analisar o livro como um todo, chama atenção a homogeneidade com que a categoria mulheres negras/forras é tratada no texto, assim como a ausência de relatos de resistência. Não acredito, por exemplo, que todas as negras forras agiam da mesma forma, nem que todas as mulheres que se relacionaram com homens brancos chegaram a obter a alforria, bem como usufruir de alguns privilégios. Interessante ressaltar, ainda, que um dos poucos casos, senão o único, de resistência feminina, é o de uma mulher branca e rica (a viúva de João Fernandes na luta pela herança do marido).

Conforme afirma Scott (1999), não devemos esquecer que “o estudo da experiência deve questionar sua posição enquanto origem da narrativa histórica” e que, mais importante que descrever um conhecimento que se chegou por meio da experiência é analisar a produção desse conhecimento. É preciso interrogar os processos por meio dos quais sujeitos são criados para reconfigurarem a história e o papel do/a historiador/a e, então, pensar-se em mudança.

Chegamos ao momento crucial de nossa argumentação: que sujeitos são produzidos a partir da argumentação de Júnia Furtado no livro “Chica da Silva e o contratador de diamantes”? A construção desses sujeitos permite reconfigurar a história e o papel da historiadora com o intuito de pensar-se em mudança (a própria autora coloca a mudança como um de seus objetivos)? Penso que a forma como a autora concebe e trata a experiência ao longo do livro contribui para a naturalização das categorias gênero e raça, por isso, o discurso que sustenta sua argumentação pode

contribuir mais para manter a desigualdade do que para estabelecer caminhos para a mudança.

Evidentemente, tal questão relaciona-se diretamente à concepção de ciência e produção de conhecimento que ela utiliza. Lanço mão às argumentações de Donna Haraway (1999) sobre produção do conhecimento e feminismo.

Quero uma escrita feminista do corpo que enfatize metaforicamente a visão outra vez, porque precisamos resgatar este sentido para encontrar nosso caminho através de todos os truques e poderes visualizadores das ciências e tecnologias modernas que transformaram os debates sobre objetividade. Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos, de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais (Haraway, 1999, p. 21).

Júnia Furtado responsabiliza o acaso pela escolha do tema e também pelos caminhos que a pesquisa segue. O acaso, assim, parece contrapor-se a qualquer explicação globalizante (leia-se dominante). Dessa forma, ela poderia tanto evitar explicações relativas a um destino pré-estabelecido (leia-se, o aparato ideológico que sustentou as análises), quanto a uma vontade individual. O recurso ao acaso é, claramente, uma estratégia da autora para não posicionar-se. Como pode haver um projeto de mudança num discurso que se esquivava de ética e responsabilidade!?

“Posicionar-se, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental: posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional” (Haraway, 1999, p. 27 e 28).

Termino este texto com poucas respostas, muitas perguntas e uma certeza: falar sobre gênero, raça e igualdade não é tarefa fácil. Exige muito estudo, atenção e esforço. Devemos reconhecer contradições, ambigüidades e paradoxos, como bem nos lembra Scott (2005) no texto “O Enigma da Igualdade”. O que, na verdade importa, é não termos medo de errar nem de assumir um posicionamento político e, certamente, escrever sobre nossas incertezas e ansiedades pode ser um primeiro passo bastante interessante:

"Eu escrevo sem esperança de que o que eu escrevo altere qualquer coisa. Não altera em nada... Porque no fundo a gente não está querendo alterar as coisas. A gente está querendo desabrochar de um modo ou de outro..." (Clarice Lispector)

Assim como Clarice Lispector, também quero desabrochar, não de uma maneira ou de outra, mas de uma maneira que a esperança tenha seu lugar. Quero um lugar de mudança que tenha contradições, impasses, rupturas que eu possa perceber e analisar, para buscar, ao menos um pouco, tornar esse mundo melhor, com relações menos desiguais e pessoas menos matáveis. Este é o lugar de onde eu quero escrever.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, 1995, pp.7-41.

HARAWAY, Donna; AZERÊDO, Sandra. Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo. In.: MACIEL, Maria Esther. **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: editora UFSC, 2011, pp. 389-417.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SCOTT, Joan. Experiência. In.: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia Regina O. (orgs.). **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999, pp. 21-55.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SILVA, SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

O mito de Chica da Silva – parte I – Vídeo da palestra proferida por Júnia Ferreira Furtado durante o Festival de História em Diamantina, ocorrido em Diamantina, no período de 07 a 12 de outubro de 2011. Disponível no endereço eletrônico <http://cafehitoria.ning.com/video/o-mito-da-chica-da-silva-parte-1-wmv-1> Acesso em 23/10/2011.